

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 21/Jun



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3217 - Ano 2024



20 DE JUNHO É O DIA NACIONAL DO VIGILANTE: TÁ NA LEI



A lei 13.136/2015 (íntegra abaixo) foi sancionada em 2015 pela Presidente Dilma Rousseff, acatando decisão do Congresso Nacional que acolheu o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim.

Claro que a referência foi a lei 7.102 de 1983, pois foi a lei que reconheceu a nossa profissão. Até 1983, na lei, éramos somente vigias.

Além da lei nacional o Dia do Vigilante também é reconhecido através de leis em

diversos estados e municípios pelo Brasil afora.

Mesmo não sendo feriado, algumas CCT's garantem o pagamento em dobro para quem trabalha neste dia.

Sem dúvida, o fundamental da lei é reconhecer que NÓS EXISTIMOS.

Vida longa, muitas lutas e vitórias a(o)s Vigilantes.

José Boaventura – Presidente da CNTV –
Confederação Nacional dos Vigilantes

Junho/2024



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Nº 114, quinta-feira, 18 de junho de 2015

Página 3

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.136, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no dia 20 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo

Clipping do Diário Oficial da União

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA,
VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA,
VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES,
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS

FUNDAÇÃO: 22/11/1992

FILIADA À CUT e DIEESE
SDS - VENÂNCIO JÚNIOR - LOJA 09-12
CEP: 70300-000 - BRASÍLIA-DF

TEL/FAX: (0xx61) 3321-6143 / 3321-0041 / 3224-1658 / 3223-8423

Site: www.vigilantecntv.org.br / E-mail: cntv@vigilantecntv.org.br / cntv@terra.com.br

DIA NACIONAL DOS VIGILANTES

20/06/24 os Vigilantes de todo o Brasil comemoram o seu dia



Ao longo desses 41 anos de existência da nossa categoria, tivemos muita luta pra conquistarmos os direitos que temos hoje.

Agradecemos a todos os vigilantes que desde o início da existência da nossa categoria se empenharam e lutaram para que hoje pudéssemos ter os direitos que temos hoje.

Muitos vigilantes novos que hoje estão entrando na nossa categoria não conhece o sofrimento que vários vigilantes e dirigentes sindicais tiveram para que hoje os vigilantes tenham; Colete balístico, 30% de periculosidade, escala 12x36, tíquete refeição, Reblindagem do carro forte entre outros direitos, nada disso caiu do céu.

Por isso, hoje é uma data muito importante para a nossa categoria, porque podemos comemorar tudo o que conquistamos até o dia hoje.

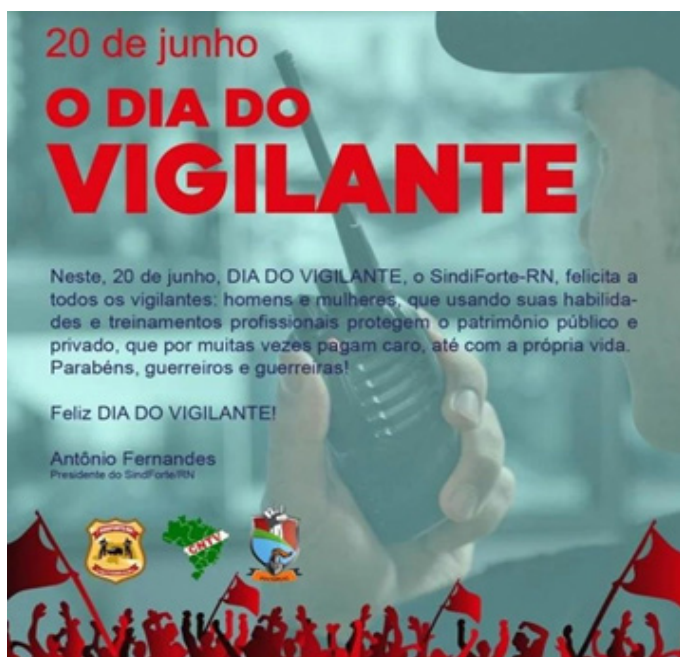
Não podemos parar de lutar, precisamos nos unir e defender uns aos outros dos maus empresários, precisamos ser respeitados e valorizados mais pra isso a categoria precisa está unida.

O sindicato dos vigilantes de Niterói e regiões o legitimo sindicato da nossa base territorial, tendo a frente vigilantes comprometidos com a categoria vai continuar sempre ao lado dos vigilantes buscando garantir os seus direitos e respeito por parte dos empresários.

Parabéns a todos os Vigilantes de todo o Brasil e em especial os vigilantes do Estado do Rio de Janeiro pelo seu dia.

Parabenizamos a CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes), por está sempre a frente da nossa categoria, buscado defender e garantir a nível Nacional os direitos dos Vigilantes

20 de junho – DIA DO VIGILANTE



No ano de 1768, em Londres, na Inglaterra, deu-se início a Revolução Industrial, forjando uma nova entidade social, que já nascia discriminada, fadada a lutar por melhores condições de trabalho, já que as jornadas de trabalho eram exaustivas, 12 a 18 hora diárias. Discriminada sim, foi denominada, não por seu valor, por sua capacidade, ou habilidade, mas sim, pelo número de filho, isto é, a prole: classe operária.

Entretanto, o proletariado, não sucumbiu a exploração da classe patronal travando uma luta com afinco, se organizando, formando consciência de classe e assim, surgiu as primeira ideias de sindicatos.

Assim, ainda hoje, militar e organizar trabalhadores em sindicatos sofrem as mesmas resistências, as mesma discriminação, como se crime fosse, porém, os patrões têm seus próprios sindicatos e não são molestados por isso. Logo, a luta se faz necessário, diariamente, para que possamos não permitir retrocesso em direitos adquiridos e buscar incessantemente ampliar novas conquistas.

É certo, que avançamos muito, mas, é preciso ter a consciência, que no dia 31 de janeiro de 2011, foi um marco no sindicalismo potiguar, quando do advento do SindForte-RN, que deu voz e, de fato, o vigilante de transporte de valores, passou a ser representando por uma entidade que, já nasceu forte e nestes 13 anos de vida nos proporcionou muitas vitórias. Vivas ao vigilante potiguares, viva o vigilante no seu dia, nos quais hoje tiveram um reconhecimento na forma de certificados entregues pela direção do SindForte-RN, Sindsegur-RN e o @milkleite.

Antônio Fernandes

Presidente do SindForte-RN.

Quatorze profissionais da Segurança privada foram homenageados em Sessão Solene realizada na noite desta quinta-feira (20), na Câmara de Vereadores de Caicó



A iniciativa foi proposta pela vereadora Rosângela Maria, reconhecendo o compromisso e a dedicação desses profissionais na proteção e serviço à comunidade.

A solenidade reuniu autoridades locais, familiares dos homenageados e membros da comunidade valorizando o trabalho incansável dos agentes de segurança privada, destacando suas contribuições para a manutenção da ordem e segurança em Caicó.

FONTE: ALCAICO

Trabalhadores vigilantes do IDEMA sem salário e sem São João!



Os trabalhadores vigilantes lotados no contrato do IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente) com a empresa DMB Segurança paralisam suas atividades no dia 21 de junho de 2024, e, se houver necessidade, essa paralisação será prorrogada. A paralisação ocorre em resposta ao não pagamento de salários, vale-alimentação e FGTS por parte da DMB Segurança. Os vigilantes, que não receberam seus direitos e não têm previsão concreta de pagamento, decidiram cruzar os braços em um ato de advertência

contra o descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa. A situação tem gerado grande insatisfação e insegurança entre os empregados, que, além de sofrerem com a falta de recursos financeiros, também se veem impossibilitados de celebrar o São João com suas famílias. O IDEMA e a DMB Segurança trocam acusações sobre a responsabilidade pelo atraso nos pagamentos. Enquanto o IDEMA culpa a empresa por não cumprir com os contratos trabalhistas, a DMB Segurança alega problemas no repasse de verbas por parte do Instituto. No meio desse impasse, os vigilantes são os mais prejudicados, enfrentando dificuldades financeiras graves. A paralisação visa chamar a atenção das autoridades competentes e da sociedade para a grave situação enfrentada pelos vigilantes, exigindo uma solução imediata para os problemas de pagamento.

FONTE: Sindsegur - Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Norte

Paulo Brito do Sindvigilantes Bahia Luta Pelos Direitos dos Trabalhadores em Paulo Afonso



Hoje, dia 19, o presidente do Sindvigilantes Bahia, Paulo Brito, esteve em Paulo Afonso para dar continuidade às negociações relacionadas ao caso das demissões na CHESF, onde mais de 100 trabalhadores ficaram sem seus empregos. Este caso, que afetou profundamente a vida de inúmeras famílias, é uma prioridade para o sindicato, que não medirá esforços para reverter essa situação injusta.

Paulo Brito expressou sua indignação com o ocorrido: “Não podemos aceitar que esses trabalhadores sejam tratados com tanto descaso. São pais e mães de família que dependem desses empregos para sustentar

suas casas. Vamos lutar até o fim para garantir que seus direitos sejam respeitados e que possam voltar ao trabalho com dignidade.”

A luta continua e, apesar dos desafios, o Sindvigilantes Bahia mantém a esperança de que dias melhores virão para esses trabalhadores. “Nossa missão é assegurar que cada trabalhador tenha o respeito e os direitos que merece. Não vamos desistir até que a justiça seja feita,” afirmou Brito.

Juntos, podemos transformar essa realidade e garantir um futuro mais justo e digno para todos os vigilantes.

FONTE: Sindvigilantes Bahia

MJSP e Conselho Nacional de Justiça firmam acordo para combater violência contra as mulheres

Parceria visa promover conscientização sobre o tema por meio do programa “Antes que aconteça”



Foto: Antonio Augusto/STF

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmaram parceria por meio de protocolo de intenções para executar o programa “Antes que Aconteça”. O acordo foi assinado na quarta-feira (19), no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo ministro presidente da Corte e, também, do CNJ, Luís Roberto Barroso, e pelo titular do MJSP, ministro Ricardo Lewandowski.

A cerimônia contou com a presença da senadora Daniella Ribeiro e da deputada federal Soraya Santos, autoras da emenda parlamentar que será aportada ao MJSP para o programa, bem como da secretária de Acesso à Justiça

(Saju/MJSP), Sheila Carvalho, e da diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP/Senasp), Camila Pintarelli.

O protocolo de intenções entre o MJSP e o CNJ visa fortalecer o cumprimento da Lei Maria da Penha e desenvolver o programa “Antes que aconteça”, que propõe uma rede de apoio às vítimas de violência doméstica. Ricardo Lewandowski disse que o projeto simboliza a união e a harmonia entre os três Poderes, na medida em que nasceu por iniciativa de parlamentares do Congresso Nacional, é apoiado pelo CNJ e contará com recursos federais.

Segundo Lewandowski, o Ministério da Justiça e Segurança Pública destinará R\$ 130 milhões para pôr o programa em prática, montante proveniente de emendas parlamentares e do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

“A nossa responsabilidade é justamente a de prover os meios materiais para que essas ideias generosas possam se concretizar. Nós estamos plenamente à disposição de todos. E parabenizamos os idealizadores e os participantes desta generosíssima iniciativa. Desejo muito êxito para que alcancemos este objetivo que agora pactuamos juntamente com os representantes dos Três Poderes”, disse Lewandowski.

O ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o acordo de cooperação técnica representa o enfrentamento de um dos mais graves problemas que o Brasil vive relacionado à violação de direitos fundamentais, que é a violência contra as mulheres. “Vivemos uma epidemia de violência contra as mulheres, introjetada numa cultura que precisamos enfrentar. Temos nos preocupado com ações no sentido de impedir a violência doméstica, não apenas com iniciativas normativas e não apenas com a aplicação da Lei Maria da Penha, mas com o enfrentamento dessa cultura machista, de violência, equivocada, que ainda prevalece em todas as classes sociais e que começam com a linguagem inadequada até chegar à violência física”, ressaltou.

Saju

A iniciativa envolverá a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (Saju/MJSP) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), que darão andamento à emenda parlamentar e irão estruturar as iniciativas do programa que estão a cargo do Executivo, dentre as quais a chamada “Sala Lilás”, espaço de acolhimento para a mulher vítima de violência doméstica.

“É fundamental ampliarmos as políticas de acesso à justiça para mulheres no Brasil. A iniciativa do Programa Antes que Aconteça estabelece um compromisso entre os Três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - na construção de políticas públicas de justiça e segurança pública para o enfrentamento às violências contra as mulheres”, explicou a secretária de Acesso à Justiça do MJSP, Sheila de Carvalho.

FNSP

Na Senasp, a operacionalização do aporte parlamentar contará com a experiência do Fundo Nacional de Segurança Pública. Além de orientar tecnicamente a execução da emenda, o Fundo integrará as ações do programa “Antes que aconteça” e as iniciativas já em curso e financiadas pelo FNSP no enfrentamento à violência contra a mulher.

“A assinatura do protocolo de intenções sinaliza a união do Executivo, do Legislativo e do Judiciário no combate à violência contra a mulher e o Fundo Nacional de Segurança Pública irá auxiliar tecnicamente para que esse projeto e a execução da emenda parlamentar avancem”, disse Camila Pintarelli, diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública.

FONTE: MJ

Perícia Médica Federal realiza mutirões em sete estados durante o mês de junho

Municípios escolhidos possuem maior tempo de espera entre o agendamento e o atendimento pericial



Até o final do mês de junho, a Perícia Médica Federal irá realizar mutirões em 17 Agências da Previdência Social (APS) nos estados do Piauí (PI), Pernambuco (PE), Sergipe (SE), Bahia (BA), Amazonas (AM), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Serão realizadas perícias para Benefícios de Prestação Continuada (BPC/LOAS).

Os mutirões têm o objetivo de diminuir o tempo que os segurados esperam pelo atendimento, além de reduzir o estoque de requerimentos que dependem do serviço pericial.

A escolha das localidades que contarão com o atendimento extraordinário levou em consideração, principalmente, o tempo de espera entre o agendamento e a realização da perícia médica.

Os segurados que desejarem antecipar suas perícias durante os mutirões podem tentar se beneficiar desse serviço ligando para a Central 135.

Confira as cidades e os dias de realização dos mutirões da Perícia Médica Federal:

JUNHO

PIAÚÍ

| Data | Localidade |
|---------|---------------|
| 24 a 28 | Parnaíba (PI) |

PERNAMBUCO

| Data | Localidade |
|---------|--------------------|
| 29 a 30 | Ouricuri (PE) |
| 29 a 30 | Carpina (PE) |
| 29 a 30 | Caruaru (PE) |
| até 28 | Serra Talhada (PE) |
| até 30 | Recife (PE) |
| 29 a 30 | Gravatá (PE) |

SERGIPE

| Data | Localidade |
|--------|--------------|
| Até 30 | Aracaju (SE) |

BAHIA

| Data | Localidade |
|---------|-----------------------|
| 25 a 28 | Salvador (BA) |
| 29 a 30 | Feira de Santana (BA) |

AMAZONAS

| Data | Localidade |
|---------|-------------|
| 27 a 29 | Manaus (AM) |

SÃO PAULO

| Data | Localidade |
|---------|--------------|
| 24 A 28 | Atibaia (SP) |

RIO DE JANEIRO

| Data | Localidade |
|---------|---------------------|
| 24 | Magé (RJ) |
| 29 a 30 | Cabo Frio (RJ) |
| 29 a 30 | Araruama (RJ) |
| 29 | Itaboraí (RJ) |
| 29 a 30 | Rio de Janeiro (RJ) |

FONTE: MINISTERIO DA PREVIDENCIA

Com chegada do inverno, Ministério da Saúde recomenda vacinação contra gripe e covid-19

“Quem se imunizou em 2023 ou nos anos anteriores também deve receber a vacina atualizada”, afirma o ministério



Em 2024, a campanha de vacinação contra a gripe foi antecipada em razão do aumento da circulação de vírus respiratórios no país

Com a chegada do inverno nesta quinta-feira (20), as temperaturas devem cair ainda mais e o período se torna propenso para doenças respiratórias como gripe e covid-19. O Ministério da Saúde, em nota, reforçou a importância da vacinação contra ambas as doenças, sobretudo entre pessoas classificadas como público-alvo.

Em 2024, a campanha de vacinação contra a gripe, tradicionalmente realizada entre os meses de abril e maio, foi antecipada em razão do aumento da circulação de vírus respiratórios no país. Em 25 de março, a dose foi disponibilizada para diversos grupos específicos, como crianças

de 6 meses a menores de 6 anos, idosos e gestantes.

Já em maio, a pasta passou a recomendar a imunização de todas as pessoas com mais de 6 meses, com destaque para os seguintes públicos-alvo:

- Crianças de 6 meses a menores de 6 anos;
- Crianças indígenas de 6 meses a menores de 9 anos;
- Trabalhadores da saúde;
- Gestantes;
- Puérperas;

- Professores dos ensinos básico e superior;
- Povos indígenas;
- Idosos com 60 anos ou mais;
- Pessoas em situação de rua;
- Profissionais das forças de segurança e de salvamento;
- Profissionais das Forças Armadas;
- Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais (independentemente da idade);
- Pessoas com deficiência permanente;
- Caminhoneiros;
- Trabalhadores do transporte rodoviário coletivo (urbano e de longo curso);
- Trabalhadores portuários;
- Funcionários do sistema de privação de liberdade;
- População privada de liberdade, além de adolescentes e jovens sob medidas socioeducativas (entre 12 e 21 anos).

Crianças que vão receber o imunizante pela primeira vez devem tomar duas doses, com intervalo de 30 dias entre elas.

“A vacinação contra a gripe é a melhor forma para garantir proteção contra a doença. O imunizante age para estimular a produção de anticorpos contra o vírus Influenza. Quem se imunizou em 2023 ou nos anos anteriores também deve receber a vacina atualizada. As vacinas são comprovadamente eficazes e protegem contra as cepas atualizadas, de acordo com determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS).”

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Covid-19

Desde janeiro, a vacina contra a covid-19 integra o Programa Nacional de Imunizações (PNI). A recomendação do ministério é que estados e municípios priorizem crianças de 6 meses a menores de 5 anos e grupos com maior risco de desenvolver formas graves da doença, como idosos, imunocomprometidos, gestantes e puérperas.

Em maio, a pasta confirmou a compra de 12,5 milhões de doses do imunizante contra a covid-19 SpikeVax, produzido pela farmacêutica Moderna. O processo de aquisição emergencial, segundo o ministério, começou em dezembro de 2023, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a versão mais atualizada da vacina.

Os grupos classificados como prioritários, neste caso, são:

- Pessoas com 60 anos ou mais;
- Pessoas vivendo em instituições de longa permanência e seus trabalhadores;
- Pessoas imunocomprometidas;
- Indígenas vivendo em terra indígena;
- Ribeirinhos;
- Quilombolas;
- Gestantes e puérperas;
- Trabalhadores da saúde;
- Pessoas com deficiência permanente;
- Pessoas com comorbidades;
- Pessoas privadas de liberdade;
- Funcionários do sistema de privação de liberdade;
- Adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas;
- Pessoas em situação de rua.

Por Redação RBA Rovena Rosa / Agência

Brasil

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF